

ESCOLAS FRONTEIRIÇAS INTERCULTURAIS: UMA ANÁLISE DA ANDALUZIA-ESPANHA

Isabella Silva dos Santos¹ Cristina Goenechea Permisán² Macarena Machin Alvarez³

RESUMO

A globalização, compreendida como um processo de ampliação das dinâmicas econômicas, políticas e culturais em escala mundial, impacta profundamente as sociedades contemporâneas, incluindo os ambientes educacionais. Entre os efeitos desse fenômeno, destacam-se as questões relacionadas à diversidade cultural e às relações interculturais entre países e comunidades. Nesse cenário, os territórios de fronteira assumem papel central, especialmente no contexto das instituições educacionais ali situadas. Diante desse contexto, torna-se relevante investigar como os currículos escolares em regiões fronteiriças abordam a diversidade e a interculturalidade em sala de aula, indo além do ensino de línguas, e de que maneira promovem o diálogo entre culturas, ampliando as possibilidades de compreensão cultural e linguística. Esta pesquisa apresenta dados coletados em um estudo realizado com escolas de fronteira na Espanha, participantes do Programa de Escolas Bilíngues Interculturais de Fronteira (PEBIF), promovido pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) na Comunidade Autônoma da Andaluzia. A investigação é fundamentada nos aportes teóricos DE WALSH (1998, 2005, 2012), DUSSEL (2005), GOENECHEA, MACHÍN ÁLVAREZ E BELKAT (2024), e MATOS (2014), e busca relatar as experiências de docentes e gestores(as) das instituições envolvidas, bem como suas percepções sobre a proposta do programa e os impactos do PEBIF em suas práticas pedagógicas. A metodologia adotada foi qualitativa, com entrevistas gravadas e posteriormente transcritas para uma análise mais aprofundada. Os resultados preliminares indicam uma avaliação positiva do programa por parte dos participantes. No entanto, evidenciam que a interculturalidade tem sido trabalhada de maneira pontual e limitada ao escopo do PEBIF e que entre os principais desafios apontados estão a escassez de tempo, a intensidade do processo formativo e as barreiras linguísticas.

Palavras-chave: interculturalidade, escolas de fronteira, educação intercultural.

Introdução

A educação intercultural é uma proposta pedagógica que propõe a valorização e o reconhecimento das diversas culturas presentes na sociedade e que busca promover a inclusão e a igualdade. Está alinhada com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável quatro (ODS 4), que preconiza educação inclusiva e equitativa. Na atualidade, os movimentos migratórios resultantes de diversos motivos impõem às sociedades estratégias de inclusão e promoção do respeito e cidadania cada vez mais urgente, assim sendo, integrar diferentes perspectivas culturais no currículo, abordar o combate a preconceitos e discriminações, enriquecer o ambiente educativo com a pluralidade de saberes é imprescindível para uma educação pautada nos direitos humanos.

Para além de estratégias de inclusão, promoção de cidadania, a implementação de uma

¹ Doutoranda em letras pela Universidade Federal de Sergipe, isabella86@academico.ufs.br

² Doutora em Ciências da Educação. Professora Titular Universidad de Cádiz (España), cristina.goenechea@uca.es;

³ Doutora em Ciências da Educação. Investigadora pós-doutoral na Universidad de Cádiz (España), macarena.machin@uca.es;



educação intercultural deve ser mais que isso, é necessário pensar em uma interculturalidade crítica ética e politicamente orientada, que busque um horizonte político em que seja possível a construção de Estados pluriculturales. A partir desta perspectiva, propomos a análise do Projeto escolas bilingues e interculturais de fronteira (PEBIF) da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) na fronteira entre Espanha e Portugal. Convém destacar que Espanha e Portugal são membros da União Europeia, dentro da qual os cidadãos podem circular livremente partir do Tratado de Schengen. Não existe nenhum programa semelhante com a fronteira sul da Espanha, com o Marrocos, por onde transitam pessoas que arriscam a vida no mar para poder chegar à Europa e ter uma vida digna. Segundo dados da Associação Pro Direitos Humanos da Andaluzia (2023), ao menos 5.744 pessoas morreram ou desapareceram durante os últimos três anos tentando entrar em território espanhol a partir da África, o que significa que mais de cinco pessoas perderam a vida a cada dia.

Isso diz muito sobre a interculturalidade que queremos e nos interessa, com aqueles que são "menos diferentes" de nós. "A Espanha viu tradicionalmente a França com inferioridade, Portugal com indiferença e Marrocos com habitual superioridade" (Lacomba, 2005, p. 182). O objetivo principal do projeto, segundo a organização, é fomentar a colaboração entre Espanha e Portugal no progresso educacional, social e econômico das áreas fronteiriças, por meio da implementação de uma rede de escolas que proporcionem às comunidades residentes nessas zonas um ensino de excelência, que abranja saberes e competências relacionadas ao bilinguismo e à interculturalidade, essenciais para o exercício da cidadania, a continuidade acadêmica e a inserção no mercado de trabalho em ambos os países.

O projeto conta com seis eixos de atuação: promoção de cooperação entre Portugal e Espanha, desenvolvimento de formação contínua de professores nos âmbitos do bilinguismo e interculturalidade, contribuição para inovação pedagógica, criação e difusão de recursos pedagógicos, criação de redes de compartilhamento nas zonas de fronteira e consolidar, com flexibilidade o desenvolvimento gestão e desenvolvimento da oferta curricular. O programa percorre toda a fronteira entre Portugal e Espanha. Na Espanha as Comunidades Autônomas envolvidas são: Andaluzia, Castilha e Leão, Extremadura y Galícia; já em Portugal as regiões são: Norte (Bragança), Centro (Guarda), Alentejo (Portalegre) e Algarve (Faro).

O Programa mobiliza as instituições educacionais, as instituições governamentais, instituições de ensino superior e os docentes das comunidades. O programa possui uma coordenação científica das Universidade de Aveiro em Portugal e da Universidade



Complutense de Madrid na Espanha. O programa já desenvolveu três edições. A primeira entre outubro de 2021 e abril de 2022; a segunda entre abril e maio de 2023; já a terceira ocorreu entre fevereiro e maio de 2024. Todas estas edições, eram propostos encontros formativos com os docentes envolvidos, bem como projetos desenvolvidos nas escolas que aderiram ao projeto. Ao final de cada ciclo formativo, encontros presenciais ocorriam para o compartilhamento das experiências, dos recursos pedagógicos elaborados e trocas de saberes.

Metodologia

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo de caráter exploratório ocorrida em fevereiro de 2025 nas escolas de fronteira da Espanha participantes do Programa. Conforme Severino (2013, p.107) na pesquisa de o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A metodologia utilizada foi entrevista semiestruturada de caráter qualitativo, por meio de perguntas abertas e fechadas sendo propostas intervenções complementares para elucidar possíveis dúvidas ou levantar outras questões. Na fronteira com Portugal foram ouvidas dois docentes e duas diretoras escolares.

A pesquisa é fruto de um estágio doutoral no exterior na Universidade Cádiz, na Andaluzia, Espanha, que foi financiado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A presente investigação se deu na fronteira de Espanha e Portugal, na Comunidade Autônoma da Andaluzia, que faz fronteira com o Algarve em Portugal.

Discussão

A educação intercultural constitui uma abordagem pedagógica que ultrapassa a simples valorização da diversidade cultural, propõe uma reflexão profunda sobre as relações de poder e a necessidade de descolonização dos saberes. Em regiões de fronteira, frequentemente marcadas pelo encontro e, muitas vezes, pelo confronto, essa perspectiva se mostra fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Segundo Walsh (2005), a interculturalidade tem como objetivo desenvolver uma interação entre pessoas, conhecimentos e práticas culturais diferentes; onde seja possível uma interação que reconheça e que parta das assimetrias sociais, para possibilitar que a identidade do sujeito seja considerada e que possibilite sua capacidade de atuar. E assevera:

[...] Se trata de impulsionar ativamente processos de intercambio, que por meio de mediações sociais, políticas e comunicativas, permitam construir espaços de encontro, diálogo e associação entre seres e saberes, sentidos e práticas distintas. (Walsh, 2005 p. 11)

Sendo assim, deve ser compreendida como uma agenda política, ética e epistêmica que não se vincula somente à convivência pacífica entre culturas, mas que implica a transformação de estruturas de poder, bem como a construção de outras formas de ser e estar no mundo. O



que, poderia possibilitar a ruptura com uma lógica multicultural liberal, que apenas assimila elementos culturais superficialmente e por vezes estereotipado, sem uma perspectiva de reflexão crítica das assimetrias pelas quais se estruturam a sociedade.

Escolas situadas em zonas de fronteira, onde comunidades coexistem, podem ser territórios profícuos para que as abordagens interculturais se efetivem. No entanto convém reiterar que essas instituições devem se tornar espaço de diálogos reais, horizontais e que confronte os saberes hegemônicos. É a oportunidade de superar práticas discriminatórias através do reconhecimento, valorização e reflexão crítica das diferenças culturais.

Convém elucidar, segundo Candau e Ivenicki (2024) a concepção de interculturalidade surge nos anos 70 vinculado às questões educativas dos indígenas na Venezuela, onde começa a preocupação com a educação escolar dos indígenas, sendo, portanto, a sua origem, além das lutas dos movimentos negros na América Latina bem como a educação popular propostas neste continente.

Estas escolas de zona de fronteira, localizadas na Europa, na península ibérica, que guardadas as diferenças possuem confrontos outros que podem ser dirimidos por meio das abordagens de educação intercultural. Para tanto, refletir sobre os objetivos do Programa e o território onde ele se desenvolve é de extrema importância, para que assim seja possível buscar alinhamento com a interculturalidade que contemple a realidade de fronteira entre dois países europeus. O PEBIF se propõe a fomentar o progresso educacional, social e econômico entre os dois países. Walsh (2012, p. 62) corrobora quando afirma:

Certamente ao falar da interculturalidade no contexto europeu não é o mesmo que pensá-la aqui na América do sul, o lugar onde a aspiração da dominação do mundo, a emergência do mercado mundial e a imposição da modernidade e sua outra face que é a colonialidade tomaram forma, prática e sentido. Entender a diferença étnico-racial-cultural como parte central — e como construção- desta aspiração, emergência e imposição, é levar a interculturalidade a terrenos que, por necessidade, a entrelaça com assuntos de luta, poder e (de)colonialidade. (tradução nossa)

Para tanto recorremos às concepções de educação intercultural para reflexionar sobre qual ou quais Programa(s) estaria(m) alinhado(s) considerando seu(s) contexto. Candau e Ivenicki (2024, p.4) recorrem às três concepções de educação intercultural:

[...] Relacional (com foco nas relações interpessoais, objetivando a coesão social e assimilando grupos subalternizados à cultura hegemônica); interculturalidade funcional (orientada a diminuir as áreas de tensão e conflito entre os diversos grupos, mantendo as relações de poder vigentes); e a interculturalidade crítica (que busca questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros, para a construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia).

Cientes destas três concepções supracitadas e partir dos eixos do Programa em tela,



considera-se que, tanto pelo contexto, como por seu objetivo, a hipótese é que a interculturalidade que pauta este Programa é a interculturalidade funcional. Tal alinhamento, diverge um pouco do objetivo, uma vez que mencionam o bilinguismo e a interculturalidade como exercício para cidadania.

Refletir sobre educação intercultural no contexto europeu é de relevância, uma vez que se trata de um território que durante muitos séculos impôs seus saberes eurocentrados e hegemônicos. Candau e Ivenicki (2024) *apud* Para Besalú, Campani e Palaudarias (1998), afirmam que a diversidade cultural europeia no campo educacional deve considerar três processos: as reivindicações das culturas minoritárias, a institucionalização da União Europeia, e o papel das nações no enfrentamento ao racismo, xenofobia e conflitos outros. A considerar as condições atuais relacionada aos contextos migratórios, a saída do Reino Unido da União Europeia, e discursos xenofóbicos por chefes de estado, a educação intercultural desde uma perspectiva crítica deveria pautar e tornar-se agenda de escolas em zona de fronteiras sim de toda a educação europeia.

Como a pesquisa se deu na Andaluzia e sua fronteira com Portugal, consideramos importante contextualizar a atual situação migratória da comunidade autônoma de Andaluzia. Segundo os dados do Instituto de estatística e Cartografia da Andaluzia, em última atualização, informou que mais de 70% das entradas migratórias na Andaluzia são procedentes do exterior; dos quais 88,3% foram realizados por estrangeiros e o restante por espanhóis de outras localidades, sendo que destes, 16% são do Marrocos, 11,1% da Colômbia e 5,7% da Argentina. De igual modo a imigração estrangeira no Algarve, no distrito de Faro, no ano de 2021 foram contabilizados 18.232 imigrantes.

Esses movimentos migratórios podem sinalizar conflitos sociais, culturais e linguísticos que podem ser dirimidos por meio da abordagem intercultural na sociedade e nas escolas. Legitimar e fortalecer identidades outras, promover a troca de experiência e contribuir para a busca de equidade social com vistas a melhores condições de vida deve ser a pauta no mundo contemporâneo. No campo da educação e em uma sociedade tão diversa, o currículo deve integrar histórias, línguas e saberes que estão dentro e fora da escola; apoiados pela docência crítica, dialógica, democrática e participativa para as diferenças sejam acolhidas, problematizadas e resolvidas coletivamente promovendo assim um espaço pedagógico que acolha e respeita a diversidade e comprometida com cidadania plural e comprometida com a justiça social.

O caso da Andaluzia



Andaluzia é uma das dezessete Comunidades Autônomas da Espanha. Está ao sul da Espanha, e sua capital é a cidade de Sevilla. Possui oito províncias: Jaén, Cádiz, Sevilla, Almería, Córdoba, Granada, Huelva e Málaga. Andaluza é a Comunidade autônoma mais populosa da Espanha, conta com aproximadamente 8,7 milhões de habitantes que vivem, em sua maior parte, nas capitais provinciais. A educação na Andaluzia é gerida pelo equivalente à Secretaria de Educação que oferta desde educação infantil, educação primária, ensino médio, formação profissional, entre outras. Segundo os dados da Secretaria de Educação, a Andaluzia no ciclo letivo 2023/2024 contava com 1.366.804 estudantes matriculados nas escolas públicas do território.

Segundo informado no site da OEI, na Andaluzia, é cadastrado quatro escolas, na província de Huelva, que faz fronteira com o Algarve em Portugal. Dessas quatro as investigações se deram em duas no distrito de Huelva; uma em *Ayamonte* e outra na *Isla del Moral*. Estas duas escolas fazem fronteira com Portugal separadas pelo rio Guadiana, sendo possível atravessar para Portugal em poucos minutos de travessia de carro pela ponte Internacional do Guadiana ou por barcos que atravessam o rio a cada 30 minutos.

O primeiro contato com as instituições participantes foi realizado por e-mail, sem sucesso. Posteriormente, optou-se pelo contato telefônico, o que possibilitou o agendamento de visitas presenciais. As escolas visitadas foram CEIP *Galdames* em *Ayamonte* e CEIP *María del Carmen* na *Isla del Moral*. Nestas instituições foi possível dialogar com a gestão e com professores envolvidos no Programa. Para este trabalho, trazemos a entrevista com a CEIP *Galdames*, foi possível entrevistar a diretora da escola em que foi possível compreender quais foram os benefícios e os desafios de participar do Programa vinculado à Organização. A gestora relata:

Foi muito difícil para nós, muitas exigências e muitas horas. Não falo nada de português. Uma atividade bonita, conhece outro sistema educativo, mas foi muito complicado. Estive dois anos muito intensos, sem entender nada do idioma, horas e horas e horas escutando português, palestras em português. Era bilíngue, mas todos falavam português. Todas as quintas de quatro da tarde até as nove no computador e falando português. A formação tinha como temas comparar um pouco os dois sistemas educativos, as equivalências entre a educação aqui e lá, falar das semelhanças e diferenças dos idiomas, histórias da fronteira, as semelhanças, porque nós povo de fronteira falamos muitas palavras em português, que muitas vezes não sabemos. Há muitas expressões que usamos... muita teoria pedagógica. (Entrevistada 1, 2025)



ao Programa e o desafio do idioma denota um desafio gigante para a gestão da instituição. Que, conforme narrado, apesar de ser uma interação interessante causou impacto na jornada laboral dos envolvidos. Um ponto de atenção interessante é como a entrevistada se reconhece como povo de fronteiras diante das semelhanças e diferenças dos idiomas, neste caso, espanhol e português.

A fala da entrevistada permite refletir sobre como os processos de formação continuada em contextos bilíngues demandam um esforço que vai além da aquisição de competências linguísticas. Há uma dimensão emocional e identitária envolvida na tentativa de compreender e se comunicar em um idioma estrangeiro dentro de um contexto profissional. O relato revela que o desconforto com a língua portuguesa ultrapassa a dificuldade técnica, expressando também um sentimento de deslocamento dentro de um espaço formativo que, embora propusesse a integração, acabou gerando sensação de exclusão momentânea. Esse aspecto evidencia a necessidade de repensar as estratégias pedagógicas e metodológicas dos programas de cooperação, de modo a garantir maior equilíbrio entre as línguas envolvidas e promover uma verdadeira interculturalidade dialógica, na qual todos os participantes se sintam igualmente representados.

Além disso, a narrativa demonstra que, mesmo diante das dificuldades, há um reconhecimento da riqueza cultural e pedagógica advinda do contato com outro sistema educativo. O diálogo entre os profissionais de diferentes países possibilitou a comparação de práticas, currículos e concepções de ensino, o que amplia a visão sobre o próprio fazer docente. A gestora, ao identificar palavras e expressões compartilhadas entre o espanhol e o português, mostra que a fronteira não é apenas uma linha geográfica, mas um espaço de hibridização linguística e cultural, onde as identidades se misturam e se transformam. Essa percepção reforça a importância dos programas transfronteiriços como ferramentas de aproximação e reconhecimento mútuo, desde que haja um cuidado institucional para equilibrar as exigências formativas com as realidades e limitações de cada contexto escolar.

Considerações finais

A análise das escolas fronteiriças na Comunidade Autônoma da Andaluzia, participantes do Programa de Escolas Bilíngues Interculturais de Fronteira (PEBIF), evidencia avanços e desafios no processo de implementação de uma educação que se pretende intercultural. O programa representa um esforço institucional relevante de cooperação entre Espanha e Portugal, ao fomentar práticas pedagógicas bilíngues e promover o diálogo entre culturas vizinhas. No entanto, a pesquisa aponta que tais experiências ainda se encontram restritas a uma



dimensão funcional da interculturalidade, voltada à convivência e à redução de tensões, mas sem alcançar, de forma efetiva, a transformação das estruturas de poder e a valorização crítica dos saberes diversos.

As narrativas das gestoras e docentes entrevistadas revelam entusiasmo com a proposta, mas também dificuldades práticas, especialmente relacionadas às barreiras linguísticas e à sobrecarga de tempo destinada às formações. Esses elementos indicam a necessidade de maior apoio institucional e de políticas que garantam condições adequadas para que a interculturalidade seja incorporada de maneira orgânica e contínua às práticas escolares, e não apenas como um projeto pontual ou dependente de iniciativas externas.

Além disso, a reflexão sobre a ausência de programas semelhantes na fronteira sul da Espanha, especialmente com o Marrocos, suscita questionamentos sobre a seletividade das políticas interculturais europeias. Essa constatação reforça a importância de uma perspectiva crítica, ética e política da interculturalidade, que enfrente as desigualdades históricas e reconheça a diversidade não apenas entre países vizinhos com afinidades culturais, mas também com aqueles marcados por relações de colonialidade e exclusão.

Portanto, conclui-se que o PEBIF constitui um espaço fértil de experimentação pedagógica e de construção de pontes culturais, mas que seu potencial emancipador depende do aprofundamento de uma interculturalidade crítica. Essa abordagem requer o reconhecimento das assimetrias sociais, o diálogo horizontal entre saberes e a inserção da diversidade como eixo estruturante do currículo e da formação docente. Somente assim será possível consolidar uma educação intercultural comprometida com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de sociedades verdadeiramente plurais e democráticas.

Referências

Asociación Pro-Derechos Humanos de Andalucía. (2023). **Derechos Humanos en la frontera sur 2023.** https://www.apdha.org/frontera-sur-2023 Acesso em: 15 mai. 2025.

CANDAU, V. M. F. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 mai. 2025.

CANDAU, V. M. F.; IVENICKI, A. **A pesquisa multi/intercultural na Educação:** possibilidades de articulação a processos educativos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 32, n. 122, p. 1–21, jan./mar. 2024. https://doi.org/10.1590/s0104-40362024003204311. Disponível em:



http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362024000100205 Acesso em: 13 mai. 2025

Lacomba, J. (2005). **La eterna frontera del sur.** Cartografía de los encuentros y desencuentros entre Espana y Marruecos. *Saitabi*, *55*, 181-194. http://hdl. handle.net/10550/27258

WALSH, C. **Interculturalidad y (de)colonialidad:** Perspectivas críticas y políticas https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/issue/view/123. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012 Disponível em:

https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412. Acesso em: 15 mai. 2025

WALSH, C. La interculturalidad en la educación. Lima: Ministerio de Educación del Perú; UNICEF, 2005. Depósito legal en la Biblioteca Nacional del Perú Nº 2005-4890. Disponível em:

https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/La%20interculturalidad%20en%20la%20educacion_0.pdf Acesso em: 13 mai. 2025

https://oei.int/pt/escritorios/secretaria-geral/programa/escolas-de-fronteira-portugal-espanha/

Acesso em: 13 mai. 2025

https://www.juntadeandalucia.es/educacion/portales/web/programas-educativos-

internacionales/pebif Acesso em: 15 mai. 2025

https://www.dge.mec.pt/escolas-de-fronteira/projeto Acesso em: 15 mai. 2025

https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/dega/estadistica-de-

<u>migraciones-y-cambios-de-residencia-en-andalucia/nota-divulgativa-2023</u> Acesso em: 15 mai.

2025

https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/75-2008-249866 Acesso em: 13 mai. 2025 https://www.juntadeandalucia.es/sites/default/files/202407/2022_2023_Resumen%20Alumna do_actualizado_0.pdf Acesso em: 13 mai. 2025